



ARTHUR DE SOUZA (INTERINO)  
arthursouza.df@cbnet.com.br

## Mudança no Entorno



Reprodução/redes sociais

A secretária de Estado do Entorno do DF (SEDF-GO), Caroline Fleury, deixará o cargo no fim da próxima semana. A coluna apurou que o posto será assumido pelo ex-prefeito de Valparaíso Pábio Mossoró. A movimentação faz parte dos arranjos políticos na região, mirando o tabuleiro eleitoral de 2026 e reforçando a articulação local com o governo de Goiás.

### Valorização

De perfil técnico, Caroline encerra a passagem pela pasta após montar uma secretaria que começou do zero — só com CNPJ — e deixar projetos estratégicos engatilhados, como o consórcio interfederativo de transporte para o Entorno. Durante a gestão, não economizou discursos pela valorização e pertencimento da região, defendendo que o Entorno precisa deixar de ser só coadjuvante nas discussões políticas e econômicas.

### Um bate-papo com Celina

A vice-governadora Celina Leão, em exercício do mandato de chefe do Executivo, está sempre de agenda cheia quando tem oportunidade de comandar. Mesmo assim, abriu um espaço na correria para reunir deputados federais e distritais num almoço na residência oficial da Vice-Governadoria.

Ontem, Celina fez um procedimento médico em um dos joelhos. Jogadora de futevôlei que é, deve ficar uns tempos fora das quadras. A intervenção estava agendada e ocorreu sem qualquer intercorrência, segundo nota do Palácio do Buriti.



Divulgação/Sec-DF

### Dívida ativa

A Secretaria de Economia tomou, nesta semana, medidas para mudar a classificação da dívida ativa (de R\$ 41 bilhões) e, assim, melhorar as chances de cobrança, reduzindo a inadimplência. Os débitos ligados ao ICMS representam 75% do total. Para isso, a pasta vai usar métodos tecnológicos e critérios mais objetivos na análise dos créditos a receber.

### Violência escolar

Com o objetivo de observar as condições e situações de riscos de acidentes e violência no âmbito escolar e nos arredores da escola, o Projeto de Lei (PL) 1.929/2021, que cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipave) na rede pública de ensino, foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa. O PL segue em tramitação nas comissões da CLDF.

### Feriadão

No elevador da Câmara Legislativa, nesta “quarta-feira santa”, um servidor brincou com o vice-presidente da Casa, deputado Ricardo Vale (PT), que se dirigia ao Plenário: “Vão votar muito hoje (quarta-feira), deputado?”. A pergunta arrancou um risinho do petista: “Votar? Se nem na terça, votamos...”. A Câmara Legislativa, assim como o governo do DF, emendou o feriadão com um ponto facultativo, na quinta-feira. Agora, só terça-feira!

### Amiga na Câmara Legislativa

Chefe de gabinete e amiga pessoal da senadora Leila Barros (PDT), a ex-jogadora de vôlei Ricarda Lima é a aposta de Leila para que o PDT volte a ter uma cadeira na Câmara Legislativa. Além de ser do esporte, a brasiliense Ricarda também é representante do segmento evangélico.

### “Gerentão”

Secretário de Governo (Segov) de Ibaneis Rocha (MDB), José Humberto Pires foi chamado de “gerentão”, durante uma agenda de inauguração recente. Foi um líder comunitário que quis, em seu discurso, lembrar a boa fama do “tocador de obras” do governo.



Divulgação

### Iluminação pública

O deputado distrital Fábio Félix (PSol) recebeu, nesta semana, prefeitos de quadra para tratar da precariedade da iluminação pública do Distrito Federal. Com o objetivo de mapear áreas sem ou com pouca iluminação, o parlamentar afirmou que vai lançar a campanha “Falta luz aqui”, canal de denúncia por meio do qual a população poderá indicar locais que necessitam da instalação de postes ou revitalização do modelo já existente.

### Segurança para a população

De acordo com a proposta, os pedidos serão encaminhados ao governo e o gabinete do deputado vai monitorar a resolução das demandas. “Enfrentamos um problema histórico de precariedade da iluminação pública. Muito além de conforto visual, iluminação pública adequada é segurança para a população, sobretudo mulheres e grupos vulneráveis”, declarou o distrital à coluna.

“O PL da Anistia é uma grave ameaça à democracia. Serve para livrar Bolsonaro e seu grupo, inclusive generais, da cadeia e ainda tornar Bolsonaro elegível para 2026”

Gabriel Magno (PT), deputado distrital

“Sou totalmente a favor da anistia. Ninguém ali (no 8 de Janeiro) queria um golpe de Estado, até porque não tinha uma liderança, não tinha nada. Condenem esse pessoal por baderna”

Hermeto (MDB), deputado distrital

Minervino Junior/CB/D.A.Press



SÓ PAPOS

Mariana Lins/CB/D.A.Press



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**CAIXA DE PANDORA /** O tribunal considerou que as gravações feitas pelo delator da operação, Durval Barbosa, entre 2006 e 2009, são ilícitas. Apesar de não ser parte da ação, Arruda se beneficia da decisão nos processos em que enfrenta

# TRE determina destruição de fitas

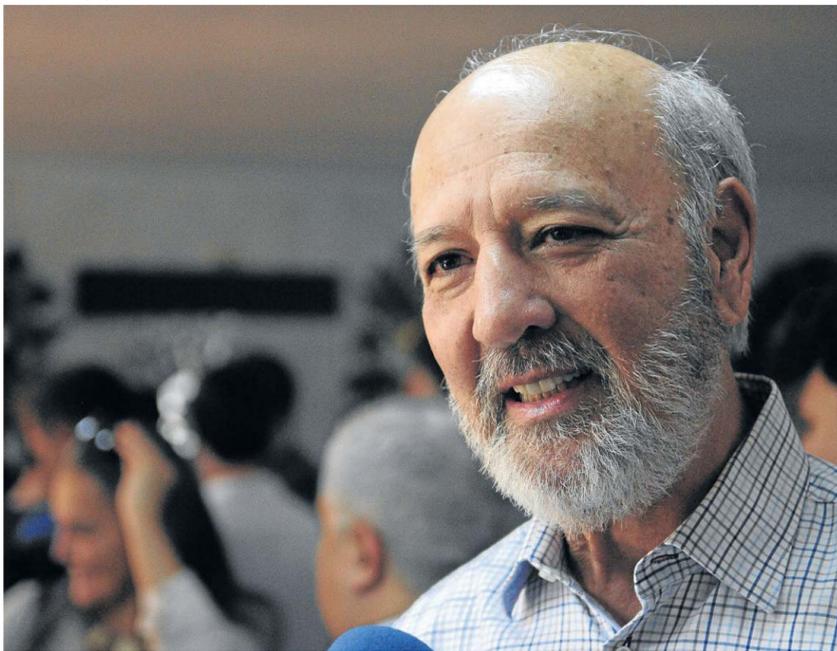
» ARTHUR DE SOUZA  
» MARIANA SARAIVA

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) determinou a destruição de provas do processo de investigação que faz parte da operação Caixa de Pandora, deflagrada pela Polícia Federal, em 2009. As provas são gravações feitas pelo delator da operação, Durval Barbosa, entre 2006 e 2009, que foram consideradas ilícitas.

Apesar de ser um dos investigados durante a operação, o ex-governador José Roberto Arruda não é parte do processo. Segundo a decisão do TRE-DF, publicada na última quinta-feira, “as gravações realizadas pelo colaborador Durval Barbosa, entre 2006 e 2009, sem autorização judicial ou fora dos limites definidos em ordem judicial, configuram provas ilícitas”.

Além disso, a Corte ressaltou que as gravações realizadas entre 21 e 23 de outubro de 2009, na residência oficial do Governador do Distrito Federal e no gabinete de Durval Barbosa, “carecem de cadeia de custódia íntegra, com interrupções não justificadas e ausência de gravações originais, o que inviabiliza o exercício do contraditório e caracteriza sua imprestabilidade como prova”.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



### “Justiça feita”

O **Correio** apurou que, apesar de não ser parte da ação, a decisão do TRE-DF beneficia Arruda, pois, uma vez anuladas as provas,

elas também não valem no processo que acusa o ex-governador. À reportagem, ele disse que essa é uma decisão que o ajuda “muito”. “Depois das provas declaradas nulas em segunda instância,

a pedido do próprio MPE (Ministério Público Eleitoral), o que pode restar da acusação inicial? Rigorosamente nada”, afirmou.

Arruda disse “agradecer a Deus” por estar vivo e com



**Demoramos seis anos para conseguir uma decisão do STJ para fazer as perícias e a PF demorou mais três anos para fazê-la e concluir que os vídeos eram editados e anteriores ao meu governo. Além disso, foram mais seis anos para termos a declaração de nulidade das provas. Mas nunca perdi a fé e a certeza de que um dia se faria justiça”**

**José Roberto Arruda,**  
ex-governador do DF

saúde para ver a justiça sendo feita. “Agora, é esperar que a decisão na esfera punitiva também seja considerada no processo cível”, comentou. O ex-governador ressaltou ainda que

“a Justiça tarda, mas não falha”. “Demoramos seis anos para conseguir uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) para fazer as perícias e a PF demorou mais três anos para fazê-la e concluir que os vídeos eram editados e anteriores ao meu governo”, comentou. “Além disso, foram mais seis anos para termos a declaração de nulidade das provas. Mas nunca perdi a fé e a certeza de que um dia se faria justiça”, comemorou Arruda.

### Investigação

A Operação Caixa de Pandora, revelou um suposto esquema de corrupção no Distrito Federal que envolvia o então governador José Roberto Arruda e diversos outros políticos e empresários. A investigação apontou pagamento de propina a deputados distritais em troca de apoio político ao governo. Durval Barbosa, então secretário de Relações Institucionais e delator da operação, gravou vídeos e áudios que mostravam Arruda entregando dinheiro, supostamente para comprar apoio político. Em decorrência da operação, Arruda foi preso, afastado do cargo e posteriormente condenado por corrupção.